

EM CARTAZ: A INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO TRAVESTI PELO ESTADO NOS POSTOS DE SAÚDE PÚBLICA

Lidia Noronha PEREIRA
Telma Domingues da SILVA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
Lidiacambuca2003@yahoo.com.br
Telmadds@gmail.com

Resumo: Pensando no Processo de Subjetivação proposto por Orlandi (2011), o trabalho proposto buscará refletir sobre o processo de individuação, pelo Estado, no qual o sujeito travesti é atravessado e significado por instituições governamentais. Dessa forma, filiados ao campo teórico da Análise de Discurso, questionamos aqui como o sujeito travesti se significa e se individua pelo Estado a partir de dois cartazes confeccionados e distribuídos pelo Ministério da Saúde no combate à Aids. Com isso, parte-se para o pressuposto de que tais cartazes, cujas inscrições demarcam um território, um espaço histórico, simbólico e geográfico institucionalizados, impõem identificações ao sujeito enquanto seu cidadão. Concebemos aqui, a imagem do sujeito travesti como a sua forma corporal material, sua inscrição no simbólico e os discursos que nela estão inseridos - não apenas uma imagem impressa em formato cartaz, mas os sentidos para o gesto de interpretação do corpo que vão significar nos processos de identificação do sujeito travesti. Assim, pretendemos analisar como o sujeito travesti se inscreve, pela sua simbolização em dois cartazes de circulação nacional e pública marcados pelo gesto administrativo aí significados, propondo reflexões que possibilitem uma ruptura do já dito sobre o sujeito travesti.

Palavras-chave: Individuação; Estado; sujeito travesti; cartaz; saúde pública.

Abstract: Thinking in the Process Subjectivation proposed by Orlandi (2011), the proposed work aims to reflect upon the process of individuation, by the State, in which the transvestite subject is meaning and crossed by government institutions. That way, affiliated with the theoretical field of discourse analysis, we question here as the transvestite subject is means and individuated by the State from two posters made and distributed by the Ministry of Health to combat AIDS. With this, we proceed to the assumption that such posters, whose entries demarcate a territory, a space historical, symbolic and geographic institutionalized impose identifications to the subject while his citizens. We Conceived here the image of the transvestite subject as your body material shape, your entry into the symbolic and the discourses that are embedded in it - not just an image printed in poster format, but the directions for the interpretation gesture of the body that will mean in the processes of the identification of the transvestite subject. Thus, we intend to analyze how the transvestite subject means by their symbolization in two posters of national circulation and public marked

by the administrative gesture there meanings, offering reflections that make possible a break already said on the transvestite subject .

Keywords: Individuation, State; transvestite subject; poster; public health.

Pensando no conceito de individuação proposto por Orlandi (2011), o trabalho que se segue buscará refletir sobre o processo de individuação, pelo Estado (articulador simbólico e político), no qual o sujeito travesti é atravessado e significado por instituições governamentais. Tais instituições caracterizam, interpelam, significam o sujeito de maneiras diferentes de acordo com a posição-sujeito ocupada: condição econômica, racial, cultural, sexual etc – que o mesmo possa se identificar ou não. Dessa forma, com base nos conceitos teóricos trabalhados por Orlandi (idem) questionamos aqui como o sujeito travesti se identifica e se individua pelo Estado a partir de um cartaz confeccionado e distribuído pelo Ministério da Saúde.

Assim, aprofundaremos no processo de individuação do sujeito que, segundo a autora (idem) se dá por inúmeras instituições de poder, em suas diversas formações discursivas:

[...] usamos a palavra “individuação” que remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólico-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade. N.R. (pág. 22)

Com isso, tomamos tais cartazes como gesto de memória de um Estado, sendo um discurso que individua, que remete o sujeito a um processo de identificação, a uma posição sujeito na sociedade.

Cartaz 01: Campanha de combate à Aids:



Cartaz 02: Campanha de Carnaval “transgênero”:



Pensando em um discurso entre um sujeito A e um sujeito B, M. Pêcheux (2010), ao considerar o lugar social de cada sujeito no discurso, propõe um esquema que permite chegar a um conceito do *estado das condições de produção de um discurso*. Assim, ao analisarmos o cartaz, consideramos em A, como locutor enunciatário, o SUS (Sistema único de Saúde), uma política pública dirigida pelo Ministério da Saúde - parte constitutiva do Estado. Dessa forma, podemos compreender que o Estado se faz afirmar enquanto instituição máxima de poder por um de seus Ministérios, no caso, o da Saúde e, também, pelas suas inscrições no cartaz: “SUS”, “Ministério da Saúde”, “Brasil: um país de todos”.

Levando em consideração a posição do sujeito no discurso e a sua função enquanto enunciatário, Orlandi (2004) coloca que o sujeito, ao se posicionar no discurso, pode assumir a função-locutor, ou a função-autor do discurso, ambas funções da forma-sujeito histórica:

Dessa maneira, passando da função-locutor atribuída ao Sistema único de Saúde que fala por um dos Ministérios do Estado, temos a significação deste Estado pela função-autor - aquele que se responsabiliza pelo que diz, que procura ser coerente, que, conforme Orlandi (idem), historiciza seu dizer ao inscrever sua formulação no interdiscurso, na memória do dizer. Essa inscrição no interdiscurso se dá pela repetição histórica, uma vez que tal formulação inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, interdiscurso (Orlandi, 2004).

Dessa forma, segundo a autora (idem), pode-se dizer que a posição-autor se dá a partir da relação entre o lugar de interpretação que é definido pela relação do interdiscurso e do

interlocutor. Assim, propomos dizer que, neste caso de análise, o Estado determina seu lugar de interpretação a partir da memória do dizer (interdiscurso) sanitaria, através do Ministério da Saúde, em uma relação com o seu interlocutor: a população brasileira, mais especificamente, o sujeito travesti.

Vemos, então, que o Estado, assumindo a função-autor a partir da memória discursiva médica-sanitária, interpela sua população e a significa, uma vez que historiciza seu discurso através da repetição, se inscrevendo na memória do dizer.

Pensando, agora, na outra posição-sujeito no discurso, em B, temos a quem se dirige o cartaz: a população brasileira. Mais especificamente, os cartazes analisados, partindo de uma autoria do Estado, dirigem-se ao cidadão brasileiro, uma vez que se colocam nesse âmbito, nesse espaço de interlocução: estão assinados. No entanto, ocorre que nesses cartazes o Estado não está apenas se dirigindo ao conjunto de seus cidadãos, mas a uma parcela que é bem marcada pelo vocativo “Travesti”.

Sabe-se que não há uma resposta do interlocutor (B) e o que autoriza essa interlocução específica do Estado com essa parcela entre o conjunto da sociedade civil é um discurso sanitário, de vigilância sanitária. Temos, então, o que nos diz Pêcheux (2010) a respeito do discurso-monólogo, onde o interlocutor só se faz presente na situação pela imagem que o locutor ou autor faz dele. (Pág. 91). Aqui, o travesti só está presente pela imagem que o Estado faz dele. Com isso, o autor (*idem*) nos aponta o conceito de *dominância* que é caracterizado pelo *processo de produção dominante*, resultante das condições de produção do discurso.

Dessa forma, pensando nas condições de produção (PÊCHEUX, 2010), podemos identificar claramente o lugar social em que A e B ocupam a partir dos cartazes apresentados, além de perceber as relações de força funcionando, constituindo o discurso. De um lado, temos o Estado, instituição máxima de poder, tomando a voz e se fazendo significar como tal a ponto de se sentir no direito de chamar atenção publicamente de uma parcela da sociedade. De outro, temos o sujeito travesti, longe do mesmo direito à voz, como se sabe, lembrado por seu Estado à partir de um alerta do ponto de vista médico-sanitário.

Assim, identificados os sujeitos do discurso neste caso de análise, Estado e sujeito travesti, a condição de produção dada pelo advento do cartaz em postos de saúde marca o lugar social que cada sujeito no discurso, bem como as relações de força inerentes a qualquer formação discursiva.

Com isso, passamos para as formações imaginárias (PÊCHEUX, *idem*) advindas do processo de antecipação entre A e B, neste dado discurso de análise: pensando na imagem que o Estado faz de si mesmo Ia(A), vemos que esta instituição máxima de poder assume a tomada de posição que por si só já a coloca em vantagem frente a qualquer discurso, justamente por ser quem dita os direitos e deveres de cada cidadão. O Estado, então, com isso, diz saber sua importância, o valor que é atribuído às suas palavras quando este vem a público dizer. Assim, a imagem que o Estado faz de si mesmo é a que o coloca no direito de intervir, uma vez que tal instituição se significa e é significada como “aquela que cuida, alerta, protege, educa - a quem todos devem obediência e respeito”.

Indo além de tal leitura, levaremos em consideração a imagem que o Estado (A) faz do sujeito travesti (B), ou seja, como o sujeito travesti está sendo significado pelo Estado que significa e se faz significar enquanto instância de poder? Como o discurso sobre o sujeito travesti está sendo significado no discurso institucional, no cotidiano a nível nacional? Para tanto, tomaremos como corpus de análise o verbal e as imagens que constituem os cartazes, bem como o local de veiculação/público alvo.

Dessa forma, pensando, então, na imagem que o Estado faz do sujeito travesti para que lhe possa falar, vemos que tal imagem é baseada no ponto de vista sobre o referente, a

situação. Temos, segundo o esquema de Pêcheux (idem), o “ponto de vista” do Estado sobre o combate à AIDS entre o grupo dos travestis a partir do Ministério da Saúde = “De que lhe falo assim?”; o “ponto de vista” do sujeito travesti sobre a investida do governo em combater à AIDS em o seu próprio grupo = “De que ele me fala assim?”

Dessa forma, supomos que a medida de prevenção, ou de alerta, é pautada em pesquisas médicas-sanitárias, em dados estatísticos que poderiam apontar um alto número de soros-positivos e/ou de contaminados com diversas doenças sexualmente transmissíveis entre os que se declaram travestis. Com isso, a imagem que o Estado faz do sujeito travesti, neste cartaz, se remete a imagem de um grupo de cidadãos que carregam doenças infecto-contagiosas e que necessitam ser identificadas (travestis), examinadas, diagnosticadas e tratadas – como se todo travesti se prostituísse, como se todos fossem grupos de risco.

A significação do sujeito travesti pelo Estado, então, se dá a partir da área da Saúde, que concebe o travesti como um possível portador de doenças advindas do sexo. O que nos leva a pensar em um indivíduo que pode ter tantas doenças sexualmente transmissíveis é o fato de ele não se preservar nas relações sexuais e, o número de doenças que circunda o sujeito travesti, no cartaz, sugere vários parceiros - sem proteção. Ora, quem mais ficaria na dúvida de ter ou não alguma doença sexualmente transmissível se não aqueles que têm vários parceiros e não se preservam? Temos, possivelmente, a imagem que o Estado faz do travesti: parte de um grupo de risco que deve ser controlado.

Consideremos o enunciado que o cartaz traz, dividido em quatro partes:

- a) “Travesti, não fique na dúvida. Faça o teste da AIDS.
- b) Fique sabendo. O teste é gratuito, rápido, seguro e sigiloso.
- c) Aproveite também para fazer os testes de sífilis e hepatites B e C.
- d) E use sempre camisinha.”

Como possíveis paráfrases, temos:

- a) O travesti tem dúvida se está contaminado com a AIDS.
- b) Ele deve saber se está infectado,
- c) deve estar em dia com os exames que detectam outras doenças sexualmente transmissíveis,
- e, ainda,
- d) deve *sempre* usar camisinha. (ressalta-se o sempre, uma vez que em “use camisinha” já está implícito que é em todas as relações sexuais)

Tomando esses enunciados como possíveis interpretações do que está no cartaz, pensamos que o item “a”, sugere que o sujeito travesti pratica atos que o aproximam de uma contaminação com o vírus HIV. Tal aproximação pode ser no que tange o sexo, o uso de drogas injetáveis, enfim, o sujeito travesti estaria inserido a ambientes e a atos propícios à contaminação da AIDS. Dessa maneira, o próprio Estado condena seu cidadão a estereótipos fechados, à significação reduzida de sua sexualidade, uma vez que ser travesti, segundo o cartaz, é ter dúvida se é ou não soro-positivo.

Interessante observar ainda que, mesmo que o sujeito travesti não se identifique em nada com o cartaz, o ignore, não estabeleça identificações, o cartaz é público: o alerta é para o sujeito travesti, mas o cartaz está afixado em paredes das unidades de saúde do Sus – em todo o país. Poderíamos, então, pensar na imagem que um sujeito heterossexual, esperando por atendimento, por exemplo, fará do sujeito travesti a partir da imagem que o Estado faz do mesmo, nesse cartaz. É possível que tal sujeito acate o dizer do Estado, justamente porque é o

Estado quem diz, aquele que norteia as leis e a ordem; e dissemine uma ideia preconceituosa de que todo travesti é pertencente a grupos de risco.

Se pensarmos, então, na imagem que o sujeito travesti faz de si mesmo, representada por Ib(B), ao se questionar quem seria ele para que o Estado lhe falasse assim, esse alguém, segundo o Estado, seria um indivíduo possivelmente doente, que se prostitui, que não se preserva em suas relações sexuais, promíscuo, vulgar. É o Estado dizendo quem ele é, não importando o que esse sujeito travesti pense sobre si mesmo. Por mais que esse sujeito não se sinta significado com esse discurso, a maior instituição de poder, o Estado, o concebe assim e assim ele é significado. O próprio sujeito travesti, ao ter contato com tal discurso, acaba se sentindo parte dele, uma vez que é afetado por esse discurso.

Observando os logotipos no cartaz, vemos as inscrições que identificam que o dizer pertence ao Estado: “SUS”, “Ministério da Saúde”, “Brasil: um país de todos”. Tais inscrições demarcam um território, um espaço histórico, simbólico e geográfico institucionalizados no qual se impõe uma identificação ao sujeito enquanto seu cidadão. Aqui, o discurso do Estado está circulando, a priori, em suas “bases”, em seus próprios prédios de atendimento de saúde gratuito à população, já significados assim por um poder institucionalizado. Segundo Orlandi (2011),

[...] O espaço é delimitado e constituído por relações de poder. E é por isso que significa. Ele tem além de tudo existência política, jurídica e administrativa reconhecidas. Essa é sua materialidade em que o simbólico e o político se conjugam. (Pág. 21)

Observando, já, o segundo cartaz a partir da imagem, vemos, mais à esquerda, uma rua enfeitada para o carnaval, pessoas descontraídas e um certo movimento. Com um olhar mais atento, percebemos que a festa acontece em uma cidade histórica, casas no estilo colonial, ruas de pedra e, ao fundo, uma igreja barroca. Centralizando a imagem, temos um casal composto por um homem e por um travesti. Note-se que o casal não está na rua onde a festa se dá, mas virando uma esquina, afastados dos olhos das pessoas e até mesmo do olhar divino.

Com essa imagem, formulamos as seguintes questões para reflexão: Por que não estaria o casal em meio às outras pessoas? Ou o casal estaria se escondendo? Ou simplesmente, haveria a necessidade de um distanciamento para um contato mais privado, íntimo? Podemos perceber que, em um dos sentidos possíveis, há uma discriminação sexual, uma vez que este casal só se formaria escondido e para fins sexuais.

Abaixo, do lado direito, temos um preservativo que sugere uma seta, uma indicação, um caminho oposto ao da festa e que diz: “Na empolgação rola de tudo”. Podemos, possivelmente, interpretar que o Ministério da Saúde explicita um “saber” que, durante o carnaval, é comum travestis praticarem relação sexual na rua. Percebe-se que é possível se esconder do olhar do povo, até mesmo do olhar de Deus, mas não se escapa dos olhos do Estado.

Ainda, a camisinha aberta e em formato de uso, sugere que tudo pode acontecer nas vielas próximas aos blocos de carnaval. Outros preservativos sobrevoam a camisinha aberta com o dizer: “Esperar por isso não rola”: aqui, em se tratando de travesti, o excesso de proteção nunca é o bastante. Além disso, as expressões de ambos, se olhando abraçados, são de desejo; a serpentina que os envolve, lançando-os ao se cruzar sugere uma união – tais elementos, juntos, reforçam ainda mais um discurso de que o sexo pode acontecer ali mesmo, na rua.

Segundo Orlandi (2012),

Relacionando sujeito/corpo/linguagem/sociedade, visamos compreender como o corpo, pensando-se na materialidade do sujeito, sua historicidade, é significado em um ou outro espaço de existência, considerando que o espaço

significa. Como se constituem seus processos de significação (*interpelação, individuação e identificação*) concebendo os homens como seres simbólicos e histórico-sociais, pensando-se o interdiscurso e sua relação ao espaço. (p.87).

Aliando a imagem do casal ao verbal, temos, na serpentina que os envolve, o seguinte dizer: “Isso rola muito”. O pronome demonstrativo “isso” se refere, obviamente, ao fato de homens se relacionarem com travestis, levando em conta a sua função dêitica. Mas no que se refere ao seu funcionamento, o sentido específico para “isso”, não é completo pela imagem, pois o leitor tem que fazer a relação necessária entre essa imagem (um casal) e o que “isso” vai remeter: sexo. Embora a imagem não seja um casal fazendo sexo, na imagem tem a camisinha e tem o travesti. Então, ocorre que ao invés de o cartaz estar dizendo “Sexo rola muito no carnaval”, ele está dizendo “Sexo (com travesti) rola muito no carnaval”. Assim, vemos que a imagem não diz “sexo”, mas especifica esse “sexo” que é o objeto ao qual o leitor terá que pensar para completar o enunciado.

Aqui, percebemos que o governo diz saber o que acontece à margem, fora de seu controle, como se fosse onipresente e vigiasse a todos, até mesmo àqueles que frequentam vielas, becos e esquinas. Essa frase sugere que o Estado admite e não omite a relação sexual entre homens e travestis, mas essa relação sexual é significada de forma engessada, como se o sexo entre um homem e um travesti só ocorresse assim: longe dos olhos, mas na rua; na empolgação de uma festa como o carnaval, sem compromisso ou sentimento. Mais uma vez, temos o sujeito travesti significado como um sujeito intimamente ligado à prática sexual, individuando-o, assim, como vulgar, grupo de risco, cuja única função é transar.

Observa-se também, que a palavra “rola” aparece incisivamente no segundo cartaz: praticamente todas as orações trazem “rola”, no lugar, por exemplo, de “dá”. Sabe-se que o verbo dar traz consigo a ambiguidade deslizando o sentido para “transar”. Na oração: “sem camisinha não dá” utilizada em inúmeras propagandas de prevenção à AIDS, temos o desvio de sentido de “use camisinha” para “sem camisinha não transe”. No caso deste cartaz em análise, o “rola” pode deslizar para “rôla” que, embora se escreva da mesma maneira, sugere algo distinto do “rôla”. Se pensarmos que no cartaz temos um casal composto por duas pessoas que possuem pênis, o “rola”, na linguagem do universo sexual – a que, segundo o cartaz, o sujeito travesti estaria inserido - remeteria exatamente ao órgão sexual em questão.

Dessa maneira, os cartazes e o local institucionalizados oferecem condições de produção de sentidos que se constituem e circulam pelo território nacional, que, segundo a autora (*idem*), é significado pela relação com o poder, sendo um espaço político (pág. 21). Assim, tais cartazes nos Postos de Saúde lembram o sujeito travesti: eu tenho vários parceiros, eu sou grupo de risco, eu posso estar contaminado. O Estado se apropria de tais discursividades, como a científica, por exemplo, e as legitima através de sua função-autor no discurso. Podemos ver, então, que nessas condições, os cartazes têm uma dimensão sócio-política articulada ao simbólico: “Estado e território estão inextricavelmente articulados na prática, têm seus aparatos e significam seus cidadãos através/com eles.” (Orlandi, 2011:20).

Dessa maneira, como coloca Orlandi (2011), temos uma rede de sentidos que permeiam a memória e os fatos acontecidos em uma relação política entre o Estado, o sujeito e a sociedade. Assim, percebemos que ficam significadas nestes cartazes afixados nos Postos de Saúde em diversas cidades do território brasileiro, marcas da territorialidade que individualizam o sujeito travesti, enquanto cidadão, enquanto sujeito pertencente aquele território:

Além disso, são significadas marcas de uma memória institucionalizada que concebe a imagem do sujeito travesti a partir de dados estatísticos, de índices de cidadãos infectados com doenças sexualmente transmissíveis. Essa memória, que se multiplica em outros Postos

de Saúde, trazendo a idéia de constituição, de espaço uno, a que o Estado valoriza, é a que, não raro, se repete, se (re) afirma em nosso cotidiano, em debates, causas religiosas, políticas, morais etc. E, dessa forma, essa memória ‘oficial’ que se divulga, se reafirma pelas outras instâncias de poder, afetando ideologicamente os sujeitos a ela submetidos, sendo responsável pela individuação do sujeito pelo Estado, pela ciência, pela estatística.

Tal individuação ocorre, então, pelo modo como o sujeito travesti é dito, significado a nível nacional, ligando-o a uma terra e o identificando através de uma formação discursiva que lhe dá uma origem: a brasileira. Mesmo que o sujeito travesti não se identifique com a significação de si, dada pelo Estado, esse discurso se faz parte e presente da/na história de sua sociedade: o cartaz é o gesto de memória do Estado que, ao individuar o sujeito travesti, o faz cidadão de todo o seu domínio territorial. Não há como escapar.

Referências bibliográficas:

ORLANDI, Eni. **Interpretação; Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas. Ed. Pontes, 2004. 156p

_____. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalgrense. (Pág. 13-34) **In: Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas.** ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Campinas. Editora RG, 2011. 160p.

_____. Cidade dos Sentidos. Campinas, São Paulo: Ed. Pontes, 2004. 159 p.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD -69). **In: Por uma análise automática do discurso.** GADET & HAK (Org.). Campinas. Ed. Unicamp, 2010, 315 p. P. 59-158.